

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, OBJETIVANDO COLHER SUBSÍDIOS E INFORMAÇÕES, VISANDO A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA 2026, REALIZADA DIA 07 DE AGOSTO DE 2025, NO TEATRO BANZEIROS E TRANSMITIDA AO VIVO ELETRONICAMENTE.

Aos sete dias do mês de agosto de 2025, às dezenove horas, reuniram-se, no Teatro Banzeiros, situado na R. José do Patrocínio, 110 – Região Central de Porto Velho-RO e transmitida ao vivo através da plataforma YouTube, representantes do Poder Executivo do Município de Porto Velho e demais segmentos representativos da comunidade, para proceder à abertura da Audiência Pública com o escopo de elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2026, em cumprimento ao disposto no inciso I, § 1º do art. 48, da Lei Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o art. 44 da Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades). Os trabalhos da audiência se deram, inicialmente, com a recepção dos participantes e convidados a partir das 18h, onde os presentes assinaram a lista de presença. Após, o mestre de cerimônia, Senhor Josué Rodrigues dos Passos, abrindo os trabalhos da referida audiência, cumprimentou a todos, fez sua autodescrição, passou alguns informes e apresentou os tradutores de LIBRAS, Senhora Leila Oliveira Silva Feitosa e Senhora Itamar Braga Monteiro de Souza. Em seguida, ouviu-se o Hino de Porto Velho. Informou sobre a publicação da convocação em formato de edital para a audiência, em seguida falou sobre os objetivos da audiência, dando continuidade agradeceu a presença das seguintes autoridades e representantes: Coronel Senhor Marcelo Víctor Duarte Correia, Chefe do Gabinete Militar, Senhor Renato Muzzolon Júnior, secretário adjunto da SEMA, Dr. Breno Mendes da Silva Farias, vereador de Porto Velho, Senhor Sérgio Luiz Pacífico, Secretário Municipal Adjunto de Economia (SEMEC); Senhor Ari Carvalho dos Santos, Secretário Executivo da Receita Municipal (SEMEC); Senhora Larissa Ananda Paiva Maciel, Secretária Executiva de Planejamento (SEMEC); Senhora Letícia Agnes Gonçalves Barros, Secretária Executiva de Orçamento (SEMEC). O mestre de cerimônias convidou o Senhor Sérgio Luiz Pacífico, Secretário Municipal Adjunto de Economia, para realizar a abertura oficial dos trabalhos. O Senhor Sérgio cumprimentou a todos e proferiu sua palavra: é com grande satisfação que realizamos hoje mais uma audiência do orçamento, a nossa segunda audiência. Na última terça-feira, tivemos a presença de muitas pessoas e recebemos diversas contribuições para a elaboração do orçamento de 2026. Gostaria de agradecer à equipe aqui presente, em especial às secretarias vinculadas à área de infraestrutura, bem como ao vereador Breno Mendes, fiscal do povo, pela participação. Este é um momento muito importante para o município de Porto Velho, pois aproveitamos o início do mandato para trabalhar não apenas o Plano Plurianual (PPA), mas também o orçamento de 2026. A participação da comunidade é fundamental, uma vez que são os problemas e necessidades apresentados pela população que orientam a organização do orçamento. Dessa forma, conseguimos alocar os recursos públicos de maneira correta e efetiva, atendendo às demandas reais da sociedade. Tenho a convicção de que a contribuição de cada um neste processo – seja presencialmente ou pelos nossos canais de transmissão no YouTube – é essencial para a construção da Lei Orçamentária, peça que define os recursos que serão executados no exercício seguinte, contemplando áreas como infraestrutura, desenvolvimento social e econômico. O objetivo é garantir que, mesmo com recursos limitados, possamos realizar o máximo de ações possíveis em benefício da população. Neste momento, farei uma breve apresentação de nivelamento, explicando o processo de elaboração da Lei Orçamentária, que deverá ser encaminhada à Câmara de Vereadores até o final de outubro, para apreciação e aprovação até o final do ano. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2026, poderemos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

iniciar sua execução. Para tanto, publicamos edital de convocação no Diário Oficial, garantindo que toda a sociedade tenha a oportunidade de participar, seja presencialmente ou pelos canais de comunicação. Ressalto que esta audiência, além de representar a participação popular, cumpre uma obrigação legal prevista na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, no Estatuto das Cidades e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O orçamento participativo é a ferramenta que permite à sociedade discutir, propor e definir prioridades. Em Porto Velho, essa prática já vem ocorrendo há alguns anos, possibilitando que as demandas apresentadas pela população sejam acolhidas pelas secretarias e orçadas, ou seja, transformadas em recursos financeiros destinados à execução das ações solicitadas. As demandas que compõem o orçamento têm diversas origens: o Plano de Governo, aprovado pela sociedade com 56,18% dos votos válidos; legislações específicas, como o Plano Diretor, o Plano de Saúde, o Plano de Educação, o Plano de Saneamento, o Plano de Mobilidade Urbana e o Plano de Assistência Social – todos discutidos na Câmara Municipal e aprovados pelos vereadores, representantes diretos da população. Além disso, incorporamos as contribuições coletadas nas audiências públicas, nos questionários aplicados (que, recentemente, contaram com cerca de 1.340 participações), bem como pelas secretarias, canais de ouvidoria e demais meios de comunicação com o cidadão. Dessa forma, buscamos construir uma lei que reflita os anseios da comunidade, não apenas pelo cumprimento da exigência legal, mas pelo compromisso assumido pela atual gestão de ouvir a população. Sobre o calendário: no mês de junho foram realizadas as audiências do PPA e da LDO, cujos projetos de lei serão encaminhados à Câmara até o final de setembro. Já a Lei Orçamentária Anual (LOA), destacando o primeiro ano do PPA, será encaminhada no final de outubro, após as audiências que estão ocorrendo agora. A expectativa é de que os três projetos sejam aprovados até o final do ano, entrando em vigor a partir de janeiro de 2026. O PPA terá validade de quatro anos, sendo atualizado anualmente conforme as novas demandas. Quanto à transparência, todas as atas das audiências, relatórios de questionários e registros das reuniões estão disponíveis no site oficial, acessível também por meio de QR code. Lá é possível consultar, inclusive, a estratificação das demandas por bairro, região e distrito. Ressalto a participação efetiva dos distritos, que muitas vezes, pela distância, têm nos canais virtuais a forma mais prática de contribuir. Encerrando esta fala, abriremos o espaço de escuta social. Inicialmente, convidamos o Professor Palitot, atendendo solicitação apresentada na audiência anterior por representantes da área de turismo e do IDEP. Em seguida, passaremos a palavra ao Secretário Márcio, que fará uma exposição sobre o tema central desta noite. O Senhor Alex Palitot cumprimentou a todos e fez sua autodescrição e falou: Sou o Professor Alex Palitot, Secretário Executivo de Turismo do Município de Porto Velho. Na última audiência, foi feita uma menção à nossa secretaria. Na ocasião, o Secretário Pacífico e a representação do Departamento de Fomento ao Turismo estiveram presentes para tratar de questões ligadas ao planejamento da área de turismo. A Secretaria Municipal de Turismo está vinculada à SEMTEL – Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer. Temos como Secretário-Geral o Senhor Paulo Moraes Júnior; como Secretário Executivo de Esporte, o Senhor Cássio Moura; e eu, como Secretário Executivo de Turismo. Vou me ater aqui apenas à parte que me cabe, que envolve o turismo. Todo o planejamento para o trade turístico é balizado em dois pontos principais: primeiro, o Conselho Municipal de Turismo, já empossado, com seus conselheiros e representantes da hotelaria, restaurantes, empresários do setor através da Fecomércio, guias de turismo, turismólogos, enfim, entidades representativas que deliberam sobre legislações e diretrizes do turismo; segundo o Plano Municipal de Turismo, que orienta de forma científica a execução das ações durante quatro anos. Esse plano está sendo construído em parceria com o SEBRAE, que tem toda a expertise na área. Nele são levantados dados como: número de restaurantes, pousadas, hotéis, balneários, comunidades ribeirinhas com potencial turístico, áreas de pesca esportiva, etnoturismo. A partir dessas informações, passamos a planejar as ações do

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

turismo municipal. Quero destacar um dado importante trazido pelo Ministério do Turismo e pela Embratur: Porto Velho tem se tornado referência no turismo de observação de aves. Um aplicativo internacional de observadores de pássaros apontou que nossa cidade está entre as que mais recebem turistas estrangeiros, especialmente europeus e americanos, para essa prática. Na semana passada, por exemplo, apenas na região do Lago Maravilha, tivemos a presença de 12 turistas, que permaneceram de segunda a sábado e deixaram cerca de R\$ 60 mil no município. Porto Velho, hoje, é a capital brasileira com o maior número de espécies registradas: 701 aves, muito raras e procuradas por visitantes. Precisamos, portanto, ampliar o número de guias especializados, pois atualmente contamos com apenas três profissionais. Outro ponto é a pesca esportiva. Embora para nós, moradores, a pesca seja algo comum, o Rio Madeira, com mais de mil espécies catalogadas, tem grande potencial turístico. Estamos trabalhando para que comunidades tradicionais, como a Vila Nova do Teotônio, impactadas pela construção das usinas, possam se beneficiar. Já estamos organizando para os dias 27 e 28 de setembro o 1º Festival de Pesca Esportiva de Porto Velho, em parceria com associações locais. Também estamos avançando no turismo de base comunitária. Um exemplo é a Resex Cuniã, onde, junto à comunidade, elaboramos um mapa turístico, capacitamos pequenos empreendedores e construímos a identidade visual do trade local. Essa ação foi feita em parceria com o ICMBio, Sebrae, Fecomércio e a Universidade Federal de Rondônia. Sobre o etnoturismo, já iniciamos tratativas junto às comunidades indígenas Caritianas e Karipunas, em parceria com a Superintendência Estadual de Turismo, para organizar a recepção de visitantes de forma estruturada e respeitosa. No campo da economia criativa, realizamos a Feira Arte da Beira, reunindo 55 artesãos de diferentes segmentos, promovendo concurso de bijoias e integrando povos originários. Estamos também requalificando o turismo histórico e cultural: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré receberá a restauração da Locomotiva 18, com apoio da BPF, e os passeios de barco tradicionais no Rio Madeira estão sendo reorganizados em parceria com a UNIR e o Sebrae, com um novo padrão de qualidade para recepção de turistas. Ainda este ano, realizaremos a Expoturismo Porto Velho, evento de nível nacional, e o Projeto Turista Aprendiz, que levará alunos das escolas municipais a pontos turísticos e históricos, criando pertencimento desde cedo. Não podemos deixar de mencionar um desafio: o alto custo das passagens aéreas. Por isso, trabalhamos também para atrair turistas estrangeiros diretamente. Porto Velho foi incluída no programa Novas Rotas do Brasil, da Embratur, e já recebemos recentemente 10 turistas portugueses, que passaram uma semana em nossa cidade conhecendo comunidades, o Rio Madeira, a Estrada de Ferro, museus, manifestações culturais e artesanato. Encerrando, quero reforçar que o turismo não é apenas produto: ele envolve infraestrutura, saneamento, limpeza, paisagismo, educação e qualidade de vida para quem recebe o turista. Nosso novo slogan traduz isso: “Porto Velho, sua próxima estação”, para os visitantes. “Porto Velho, a sua estação é aqui”, para os moradores. Muito obrigado. Boa noite a todos. Estou à disposição para perguntas. Dando sequência, o Senhor Josué agradeceu as palavras do Professor Alex Palitot, agradeceu e registrou a presença do representante da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e de Desenvolvimento do Município de Porto Velho – ARDPV, Senhor Geraldo Sena e anunciou o Senhor Antônio José Prata de Souza, Secretário Executivo de Convênios da SMCL para fazer sua apresentação, o Senhor Prata cumprimentou a todos e fez uma breve autodescrição e disse: Senhoras e Senhores, Estou aqui representando a Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações e, desde já, justifico a ausência do nosso Secretário Márcio Gabriel, por motivo particular. Uma das decisões tomadas foi a de dialogar com a sociedade sobre a infraestrutura que está sendo construída em Porto Velho. E tudo começa pelos recursos captados, que estão previstos no orçamento municipal. Atualmente, enfrentamos grandes desafios: cerca de 50% do orçamento é destinado à folha de pagamento. Além disso, temos os investimentos obrigatórios em saúde e educação, restando aproximadamente 5% do orçamento para demais áreas,

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

como infraestrutura. Projetos e Prazos Na Secretaria de Convênios, trabalhamos na elaboração de projetos. Hoje, temos em andamento mais de R\$ 200 milhões em projetos, mas é importante destacar que nada acontece imediatamente. A elaboração de um projeto leva, em média, 6 a 8 meses. O processo de licitação exige cerca de 4 meses. A execução da obra pode variar de 10 a 18 meses, a depender do contrato. Portanto, os resultados são refletidos a médio prazo. Sobre o Plano da Gestão, O Prefeito estabeleceu como meta que todos os projetos sejam encaminhados para licitação até setembro, incluindo: pavimentação, escolas, postos de saúde, obras de turismo, creches, praças, policlínicas e reestruturação de escolas. Sobre as Fontes de Recursos, os recursos próprios da Prefeitura são insuficientes para atender toda a demanda, por isso buscamos parcerias com ministérios e emendas parlamentares, fundamentais para o desenvolvimento da cidade. Exemplos: Pavimentação em União Bandeirantes, Vista Alegre e Extrema; Reforma da Policlínica Ana Adelaide e da Policlínica José Adelino; Construção e reformas de UBS, maternidade e equipamentos de saúde. Somente no primeiro ano da gestão do Prefeito, já contamos com mais de R\$ 100 milhões em emendas parlamentares e mais de R\$ 60 milhões via PAC. Participação da Sociedade. Tudo que se realiza no município está vinculado ao orçamento e deve ser planejado com base nas solicitações da sociedade. Muitas das obras que hoje estão em andamento nasceram de audiências públicas e pedidos dos vereadores. A nova Policlínica Ana Adelaide, por exemplo, foi projetada a partir das demandas da comunidade e já teve o projeto aprovado na VISA. Ela contará com entradas distintas para atendimento adulto e infantil e oferecerá melhorias significativas à população. Reforço que a LOA 2026, que será enviada à Câmara em outubro, deve contemplar as demandas apresentadas pela população de forma participativa, transparente e ordeira. A presença e a manifestação de cada cidadão neste espaço são fundamentais para que podemos planejar e aplicar os recursos públicos de maneira justa, entregando obras e serviços que tragam o desenvolvimento que Porto Velho e suas famílias merecem. Em seguida, o Senhor Josué agradeceu as palavras do Senhor Antônio Prata, Secretário Executivo de Convênios da SMCL que permaneceu no dispositivo, e deu continuidade às atividades da noite. Na sequência, foram convidados a compor: Senhor Sérgio Luís Pacífico, Secretário Municipal Adjunto de Economia; Senhor Bruno Oliveira de Holanda, Presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano – EMDUR; Senhor Rodrigo da Silva Ribeiro, Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRIC; Senhor Thiago Felipe Cantanhede de Pacheco, Secretário Municipal de Infraestrutura; Senhor Iran Torres Lima, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN; Senhor Kauê Cristian da Costa Ribeiro, Representante da SEMDEC; Senhor Giovanni Marine, Secretário Executivo de Serviços Básicos; Senhor Marcos Bert Cavalcante, Superintendente Municipal da Defesa Civil – SMPDC. Neste momento, o Mestre de Cerimônias passou instruções sobre a escuta social, explicando que daria início à leitura de questionamentos não atendidos na audiência anterior (realizada na terça-feira), bem como de demandas encaminhadas diretamente à SEMEC. O primeiro questionamento foi direcionado ao Senhor Thiago Cantanhede, proveniente da Associação Bosque do Madeira, que indaga: “Secretário, há algum projeto para o alargamento ou duplicação da estrada do Santo Antônio? É possível analisar essa possibilidade? Trata-se de uma via histórica e ponto turístico da cidade, que hoje é estreita e perigosa, apresentando fluxo elevado de veículos em direção à área turística, loteamentos e condomínios localizados na região, especialmente após a instalação daquele meio-fio de altura ABS7.” O Senhor Thiago Cantanhede cumprimentou a todos e respondeu: hoje nós não temos nenhum projeto específico para essa demanda. No entanto, estamos realizando serviços de limpeza e encascalhamento. Há também uma ciclovia construída há muitos anos naquela região, que estava tomada pelo mato e sem utilização, e que agora estamos recuperando por meio da nossa Secretaria Executiva de Limpeza Urbana. Essas intervenções já darão a impressão de que a via se tornou mais ampla. Quanto à sugestão apresentada, iremos registrá-la e encaminhar para que nossa

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

equipe técnica realize um levantamento preliminar de custos e analise a viabilidade do projeto. Ressalto que naquela área existem algumas limitações, principalmente do lado esquerdo, onde há terrenos militares, o que pode impactar na possibilidade de ampliação da estrada. Ainda assim, a proposta será avaliada pelos técnicos competentes. O Senhor Josué agradeceu e, em seguida, leu a participação da Senhora Luciana, Presidente da Associação de Moradores do Porto Cristo, direcionada ao Senhor Kauê Cristian. A Senhora Luciana registrou alguns apontamentos, resumidos da seguinte forma: quero, primeiramente, parabenizar os secretários pela atuação, mas também cobrar a ausência dos vereadores que, na audiência anterior, não se fizeram presentes, assim como de algumas lideranças que deveriam estar nesta audiência pública, tão fundamental para o planejamento do município. Muitos preferem criticar a gestão sem, contudo, participar do debate. Minha pergunta seria, originalmente, ao Secretário Alencar, que não está presente neste momento. Gostaria de registrar a preocupação, Senhor Kauê, em relação à dificuldade de acesso ao transporte público na Zona Leste, onde moradores precisam caminhar mais de 4 km até outros bairros. É importante saber se o orçamento do próximo ano contempla projetos para a região do Porto Cristo e áreas próximas. Reconhecemos que a nova gestão ainda está se inteirando da situação, mas precisamos apresentar nossas demandas, entre elas a falta de escola, posto de saúde e transporte público em bairros que já somam mais de 3.500 famílias. Agradeço aos secretários pela receptividade e reforço a necessidade da participação dos vereadores, especialmente quanto à destinação de emendas para áreas essenciais como educação, saúde e segurança. O Senhor Iremar cumprimentou a todos, fez sua autodescrição e respondeu à questão do transporte público no bairro Porto Cristo: Conforme mencionado pelo colega, devido à situação de regularização fundiária do bairro, algumas ruas ainda não apresentam condições adequadas de trafegabilidade. Por ser o ônibus um veículo pesado, durante o período de chuvas essas vias podem se tornar intransitáveis. Mesmo em bairros já regularizados, houve interrupções temporárias do serviço de transporte público durante a última época de chuvas. No caso do Porto Cristo, já temos uma rota de ônibus pré-estabelecida que inclui a entrada na rua principal do bairro, porém isso depende da melhoria das condições das vias. A questão da infraestrutura não pode avançar plenamente enquanto o bairro estiver em litígio quanto à posse e depósito de terra. Assim que o processo de regularização fundiária for concluído e as ruas estiverem em condições adequadas, o ônibus poderá trafegar normalmente. Atualmente, a rota já prevista entra na rua principal, percorre o bairro e retorna através das ruas União e outra rua de acesso direto ao bairro Porto Cristo, completando o trajeto estabelecido. A rota está pronta para entrar em operação assim que houver condições seguras de trafegabilidade. O Senhor Josué, dando prosseguimento, informou que seriam lidos alguns questionamentos recebidos no prédio da SEMEC – Abunã. O primeiro foi direcionado à SEINFRA: Pergunta: O projeto Cidade Limpa já prevê ações para o próximo período chuvoso? Resposta do Senhor Giovani Marini, que cumprimentou a todos, fez sua autodescrição e esclareceu: O programa Cidade Limpa contempla o planejamento de todos os bairros de Porto Velho e foi iniciado em janeiro, ainda no período chuvoso. As ações incluem roçagem, limpeza, desobstrução de bocas de lobo e recolhimento de materiais. O trabalho não será interrompido em nenhum momento, mantendo-se ativo durante todos os meses do ano, independentemente das condições climáticas. Atualmente, o plano está mais acelerado no período de estiagem, de julho a setembro, mas continuará em execução de forma contínua. O Senhor Josué convidou ao dispositivo o Senhor Renato Muzzolon, representante da SEMA, e em seguida procedeu à leitura da próxima pergunta recebida do prédio da SEMEC – Abunã, direcionada à EMDUR: Pergunta: Foi realizado algum financiamento para melhorias na iluminação pública? Caso positivo, como tem sido o planejamento para a utilização desse recurso em atendimento à população? Resposta do Senhor Bruno, que cumprimentou a todos, fez sua autodescrição e respondeu: “Sim, foi realizado um financiamento na gestão passada. Esse valor está disponível e o

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

planejamento de sua aplicação prevê a modernização com implantação de sistema de telegestão, monitoramento por câmeras, entre outras inovações. Atualmente, o recurso está resguardado e a equipe está elaborando o planejamento para efetivar a implementação dessas melhorias.” Prosseguindo, o mestre de cerimônias leu a seguinte pergunta destinada à SEMAGRIC:

Pergunta: Secretário, os produtos de Porto Velho já podem obter certificação da produção agrícola para serem comercializados no comércio de forma geral? Resposta do Senhor Rodrigo, que cumprimentou a todos, fez sua autodescrição e respondeu: “Em relação à certificação, hoje a Secretaria dispõe do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) apenas para produtos de origem animal. Esses produtos certificados podem ser comercializados em Porto Velho e em mais 18 municípios. Infelizmente, ainda não contamos com o serviço de inspeção para produtos de origem vegetal, mas já estamos trabalhando para viabilizar essa possibilidade.” Na sequência, o Senhor Josué informou que a próxima pergunta também era direcionada à SEMAGRIC e leu: quais as atividades que a Secretaria de Agricultura irá realizar para fortalecer a agricultura familiar? Resposta do Senhor Rodrigo: “Este ano já estamos executando ações como o programa Porteira Adentro, o transporte da produção, o subsídio para transporte de calcário e os quintais agroecológicos. Para o próximo ano, o planejamento é expandir, incorporando a piscicultura e diversificando outras cadeias produtivas no município.” O Senhor Josué solicitou que o Senhor Rodrigo permanecesse, pois, a próxima questão também era para a SEMAGRIC, e leu: a Secretaria de Agricultura irá desenvolver algum plano junto aos produtores que trate das ações de melhorias para o setor produtivo? Resposta do Senhor Rodrigo: “Essa pergunta é bastante pertinente, pois desde o início da gestão o prefeito sempre orienta para estarmos próximos dos produtores, ouvindo suas demandas. Assim, todos os projetos executados pela Secretaria passam por discussões no Conselho Municipal e junto às associações. As demandas recebidas são analisadas pelo corpo técnico e, se viáveis, são executadas em parceria com a comunidade.” O Senhor Josué agradeceu ao Secretário e disponibilizou a tribuna para os presentes e internautas iniciarem suas participações. O munícipe Ivan, representante da Comunidade Terra Prometida, cumprimentou a todos, fez sua autodescrição e iniciou sua fala: “Peço a atenção do secretário, pois farei em duas etapas, já que o rapaz levantou a placa de 3 minutos. Primeiramente, em relação à SEMTRAN. Na audiência passada, durante o PPA, fiz um questionamento sobre a estrada do Areia Branca. A situação permanece a mesma: carretas continuam trancando um lado da via em frente à grande fábrica de refrigerantes. Isso causa sérios transtornos, pois, quando passa um veículo de abastecimento de água, por exemplo, não há espaço para outro veículo, moto ou ciclista. O congestionamento de carretas chega a ultrapassar 1 km de extensão. Inclusive, moradores próximos precisaram colocar cones na entrada de suas casas para evitar o bloqueio de acesso. Hoje, curiosamente, as carretas não estavam no local, possivelmente porque sabiam da audiência. Porém, diariamente utilizo essa via para levar minha filha à escola e já passei por situações de risco, inclusive quase sendo jogado para o interior do mato com a criança, devido à ocupação da pista pelas carretas. Gostaria de saber quais providências a SEMTRAN irá tomar, considerando que já se passaram dois meses desde o questionamento inicial, realizado em maio.” Na sequência, o munícipe também apresentou um agradecimento e uma sugestão: “Agradeço pela implantação das vagas exclusivas para motocicletas nas ruas Abunã, próximo à loja Barbosa, esquina com Getúlio Vargas, medida que trouxe grande benefício. Porém, deixo uma sugestão em relação à UPA da Zona Sul. No local, existe uma placa de proibido estacionar em aproximadamente 200 metros de extensão. Muitas pessoas chegam com familiares doentes e os motociclistas acabam estacionando ali por necessidade. Contudo, rotineiramente uma viatura passa nesse horário de maior movimento e aplica multas, inclusive em motos estacionadas do lado oposto da via. Ressalto que medi o espaço: as motos ocupam cerca de 1,5 m, sobrando 4,5 m de passagem livre. Isso não atrapalha a parada de ambulâncias, nem o desembarque de pacientes por táxis, Uber

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

ou viaturas policiais. Assim, solicito que seja feito um estudo para implantar vagas de motocicletas no local, semelhante ao que já foi feito em outras áreas da cidade. Afinal, não é justo alguém buscar atendimento médico e sair do hospital com uma multa. Peço que essa demanda seja levada ao Prefeito, que tem dado atenção a situações semelhantes em outros pontos da cidade.” O munícipe finalizou informando que retornaria posteriormente para apresentar outro questionamento a outros secretários. Resposta do Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte – SEMTRAN, Senhor Iremar: Com relação à situação das carretas da empresa Coca-Cola, esclareceu que a Secretaria recebeu a demanda da comunidade da Estrada do Areia Branca e, por isso, a empresa foi notificada e convocada para reunião, realizada há aproximadamente dois meses. Na ocasião, foi determinado que a empresa deveria regularizar a questão do estacionamento de carretas na região, bem como sua licença de funcionamento, que nunca foi formalizada junto ao município. A empresa solicitou prazo para providências, mas, transcorrido o tempo acordado, não houve mudanças significativas, razão pela qual foi novamente notificada. Informou ainda que a SEMTRAN estabeleceu prazo de 30 dias para a regularização, alertando a empresa de que não poderá estacionar carretas na via pública. A empresa informou estar em tratativas para adquirir um terreno em frente à unidade, a fim de utilizá-lo como estacionamento. Contudo, o Secretário reforçou que, independentemente da propriedade do terreno, não é permitido o uso da via para tal finalidade. Nesse período, a SEMTRAN instalou placas de proibição de tráfego de veículos pesados na região, conforme com a legislação municipal, que restringe a circulação desses veículos em vias urbanas, salvo exceções devidamente declaradas junto à Central de Controle, como no caso de caminhões de abastecimento. Sobre a demanda da UPA da Zona Sul, informou que a restrição de estacionamento no entorno foi estabelecida devido à necessidade de garantir fluidez e segurança para a entrada e saída de ambulâncias, viaturas policiais e outros veículos de emergência. Ressaltou que a proibição não impede a parada rápida para embarque ou desembarque de pacientes, mas visa evitar bloqueios que comprometem a mobilidade em situações urgentes. O Secretário reconheceu, contudo, que as motocicletas ocupam menor espaço e que estudará a viabilidade técnica de implantação de vagas específicas para motos no local, comprometendo-se a realizar pessoalmente medições e avaliações, de modo a conciliar a necessidade da população com a segurança operacional da unidade de saúde. Dando continuidade à audiência, o Senhor Josué agradeceu ao Secretário e apresentou o questionamento encaminhado pelo Senhor Simão de Souza e Silva, morador do Jardim da Castanheira, que preferiu não subir ao palco: Pergunta: “Quando vai iniciar a nossa regularização fundiária, considerando que a ocupação iniciou em 1988?” Resposta do Senhor Kauê: Esclareceu que a questão da regularização fundiária está vinculada ao cronograma em elaboração pela Prefeitura, e que é necessário identificar a titularidade das terras — se pertencem a particulares, ao Município, ao Estado de Rondônia, ao INCRA ou à SPU. Informou que, neste momento, o Jardim da Castanheira não se encontra no planejamento de curto prazo, que abrange até o final do ano. Ressaltou que atualmente as equipes técnicas estão atuando nos bairros Miraflores, Socialista e Porto Madeira. Colocou-se à disposição, em nome da SEMDEC, para receber a comunidade, juntamente com a equipe de terras públicas (Roberto e Taiama), a fim de prestar informações mais detalhadas e seguras. Em seguida, o Senhor Josué informou haver mais duas perguntas da plateia, sem identificação dos autores, destinadas ao Senhor Marcos Berti, representante da Defesa Civil: Pergunta 1: “Quais são as principais necessidades ou desafios enfrentados pela população em situações de emergências no município? E como a Defesa Civil pode atuar de forma mais eficaz para atender essas demandas?” Resposta do Senhor Marcos Berti: Cumprimentou os presentes, fez sua autodescrição e destacou que a prevenção é o principal foco da Defesa Civil, pois “prevenir é salvar”. Explicou que as ações incluem monitoramento, mitigação e restabelecimento, sempre em articulação com outras secretarias municipais, em regime de responsabilidades compartilhadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Relatou que, no período de chuvas, a Defesa Civil atuou em áreas com risco de desbarrancamento, como no Porto do Cai N'água, Nazaré e no DNIT, onde, após o monitoramento, foi acionada a Secretaria de Infraestrutura para as medidas necessárias. Ressaltou que, atualmente, com o início do verão amazônico, intensifica-se o risco de queimadas e seca, demandando ações emergenciais, como fornecimento de insumos, água e apoio logístico às comunidades do baixo, médio e alto Madeira. Pergunta 2: "Como a Defesa Civil pode apoiar as famílias que perderam suas plantações e fonte de renda durante o período de queimadas, especialmente nas áreas rurais do município?" Resposta do Senhor Marcos Berti: Informou que, em situações anteriores de cheias, a Defesa Civil atuou com monitoramento, distribuição de água, cestas básicas, hipoclorito e outros insumos para famílias em vulnerabilidade social. Destacou que, neste período de seca e queimadas, o impacto também atinge a agricultura familiar, comprometendo a subsistência das comunidades rurais. A Defesa Civil, em conjunto com outras secretarias, tem buscado medidas de mitigação, apoio logístico e fornecimento de insumos. Relatou que equipes estão realizando vistorias e monitoramentos, como recentemente no distrito de Nazaré, para identificar necessidades e gargalos diretamente nas comunidades. Reforçou que a atuação é baseada em responsabilidades compartilhadas, contando com parcerias institucionais, inclusive do Legislativo, para garantir maior alcance em prol da população. O Senhor Josué agradeceu a manifestação do Superintendente da Defesa Civil, Senhor Marcos Berti, e informou que haveria novas participações da plateia. O Senhor Sirlei, morador do Setor Chacareiro, fez uso da palavra, destacando inicialmente que, em audiência anterior, havia direcionado demandas ao Secretário Rodrigo, que posteriormente esteve no local, atendendo à comunidade e solucionando alguns problemas apresentados. Registrou agradecimento ao Secretário e equipe pelo atendimento prestado. Na sequência, apresentou nova solicitação referente à empresa RondoFlores, de propriedade do Senhor César das Flores e da Senhora Grazielle Flores, que atualmente gera entre 10 a 15 empregos diretos e aproximadamente 30 empregos indiretos. O morador ressaltou que a empresa já distribui flores para todo o Brasil e possui grande potencial para o fortalecimento do turismo local. Solicitou, portanto, que a Prefeitura de Porto Velho inclua a RondoFlores na rota turística do município, considerando que no Setor Chacareiro, além das produções de suínos, aves e hortifrutigranjeiros, há também expressiva produção de flores, especialmente rosas do deserto. Destacou que a região, situada entre os residenciais Orgulho do Madeira e Cristal da Calama, representa importante atrativo turístico que deve ser explorado e valorizado pelo Município. Por fim, o Senhor Sirlei protocolou novo ofício com a referida solicitação, documento que ficou em posse da SEMEC-Abunã, para posterior encaminhamento à SGOV – Secretaria de Governo. Em seguida, fez uso da palavra a Senhora Márcia, representante do bairro Parque Amazônia, que cumprimentou a todos, realizou sua autodescrição e apresentou suas considerações. Inicialmente, parabenizou o Vereador Breno por sua presença e solicitou que os vereadores convoquem suas lideranças comunitárias para participarem das audiências, ressaltando a importância dessa aproximação para as demandas poderem ser apresentadas diretamente ao Município. A representante encaminhou questionamento à EMDUR, dirigido ao Senhor Bruno Holanda, sobre a existência de projeto de revitalização da Praça do Parque Amazônia, de modo que o espaço possa ser inaugurado adequadamente contemplando infraestrutura completa e brinquedos para as crianças. Destacou que outras localidades, como o bairro Mariana, receberam obras semelhantes e o Parque Amazônia também necessita de investimentos. Em seguida, sugeriu que o Município busque meios de retomar a Expovel, destacando que o evento é relevante para o turismo e a economia local, movimentando hotéis, comércio e produtores. Aproveitou para parabenizar a antiga SEMPOG, pelo avanço na disponibilização de fotografias e documentos (atas) em meio digital, proporcionando maior acesso às informações públicas. A Senhora Márcia também relatou a ocorrência de um acidente recente na região da Petrolina com Mariana, na Rua dos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Andrades, mencionando problemas na pavimentação, dificuldade de acesso ao transporte coletivo e risco de assaltos. Ressaltou ainda a distância percorrida pelos moradores até pontos de ônibus nos bairros Ulisses ou Petrolina. Por fim, pontuou a necessidade de adequação no tempo de fala destinado aos participantes, considerando que muitos moradores vêm de locais distantes. Informou que, devido ao limite de tempo, apresentaria outras perguntas em momento posterior. Resposta do Senhor Bruno Holanda – EMDUR: Informou que, atualmente, estão sob a atribuição da EMDUR 36 praças e outros espaços públicos, totalizando mais de 46 áreas. Destacou que a maioria desses locais se encontrava em estado de abandono há muitos anos, e que, desde o início da atual gestão, por determinação do Prefeito, vem sendo desenvolvido um trabalho de melhoria e requalificação. Explicou que, ao assumir um espaço público degradado — sem pintura, iluminação, limpo ou com equipamentos quebrados —, a primeira ação necessária é o resgate imediato, por meio de pintura, instalação de aparelhos, iluminação e recuperação do espaço para uso da população. Ressaltou que, em seguida, há projetos maiores voltados para os locais de maior fluxo de pessoas, contemplando a instalação de equipamentos modernos, como academias ao ar livre, playground, pisos emborrachados e outras benfeitorias, previstas para o segundo semestre. O Senhor Bruno salientou que, em pouco mais de seis meses de gestão, a EMDUR já conseguiu requalificar cerca de 20 espaços públicos, e que alguns locais chegam a ser recuperados em até uma semana, devolvendo rapidamente a utilidade à comunidade. O Senhor Josué informou que faria a leitura de questionamentos recebidos pelo chat do YouTube. O Senhor Micael, do Distrito Sede, dirigiu pergunta ao Secretário Sérgio, da SEMEC: Pergunta: “O que terá de orçamento voltado para o turismo?” Resposta do Senhor Sérgio – SEMEC: Explicou que o Município se encontra no processo de elaboração do PPA e da LOA 2026, estando em fase de organização e definição de tetos orçamentários para todas as áreas. Destacou que o setor de Turismo, atualmente vinculado também ao Esporte, apresentou plano de ações a partir de reuniões realizadas com secretarias, planos setoriais, plano de governo e contribuições das audiências públicas. Informou que ainda não é possível definir valores exatos, uma vez que dependem da estimativa de arrecadação para 2026 e anos seguintes do PPA, mas garantiu que haverá recursos destinados à área de turismo, ainda que sujeitos a priorizações em virtude das limitações orçamentárias. Na sequência, o Senhor Josué convidou o Secretário Iremar, da SEMTRAN, para responder a questionamento sobre sinistro ocorrido no dia anterior. O Senhor Iremar – SEMTRAN: Relatou que a análise do acidente indica como causa provável a chuva intensa, que comprometeu a visibilidade do condutor. Ressaltou que, embora houvesse faixa de retenção e legenda de “Pare” no solo, a ausência de placa vertical pode ter contribuído para o ocorrido. Informou que a SEMTRAN providenciará a instalação da sinalização vertical ainda naquela semana, reforçando a importância de conscientização da população quanto ao vandalismo e roubo de placas, que comprometem a segurança viária. Sobre linhas de ônibus, explicou que o transporte público é altamente subsidiado pelo Município, chegando a 70–80% de subsídio, elevando o custo de cada quilômetro rodado. Destacou, entretanto, que a SEMTRAN está à disposição para receber solicitações de novas rotas, analisadas tecnicamente quanto à viabilidade e impacto financeiro e, posteriormente, encaminhadas à Secretaria de Governança para deliberação. O Senhor Josué solicitou que o Secretário Iremar permanecesse em postos, pois a próxima pergunta também era destinada a ele. A munícipe Camila, do bairro Nova Floresta, enviou participação pelo chat do YouTube: Pergunta: “Gostaria de saber se tem sido planejado e estimado no orçamento da SEMTRAN para melhorar a mobilidade da zona sul?” Resposta do Senhor Iremar – SEMTRAN: Agradeceu o reconhecimento pela sinalização horizontal já implementada em várias vias e informou que, de fato, há planejamento específico para a Zona Sul, mas também para toda a cidade. Ressaltou que o objetivo é garantir fluidez e, principalmente, segurança viária. Explicou que algumas intervenções dependem de obras de pavimentação e calçadas, a cargo da Secretaria de

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Infraestrutura (SEMOB), com a qual a SEMTRAN mantém articulação constante. Destacou que, apesar de dificuldades momentâneas relacionadas à produção de massa asfáltica, já estão previstos projetos de implantação de binários, rotas alternativas para desafogar a Avenida Campos Sales e ajustes de sentido em algumas vias de difícil travessia, para melhorar a mobilidade. Enfatizou que, no planejamento da SEMTRAN, a segurança sempre vem em primeiro lugar, seguida da fluidez do trânsito. Por fim, o Senhor Josué agradeceu ao Secretário Iremar e registrou a presença do Senhor César Eduardo Marini, Superintendente da SMTI. Pelo chat do YouTube, a Senhora Rossilena Marcolino, vice-presidente da CONCIDADE e representante da sociedade civil, perguntou: "Há contemplação de recursos no orçamento municipal para o CONCIDADE?" O Senhor. Kauê respondeu: Foi realizada a solicitação de recursos para o Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE), considerando sua importância. Essa solicitação foi encaminhada dentro do planejamento e está em análise pela SECOM, que avaliará a possibilidade de inclusão do Conselho entre as prioridades do município. No momento, aguarda-se o retorno dessa análise para confirmação da contemplação. Também pelo chat do YouTube, o munícipe Iris Sobrinho questionou: "Há algum projeto para solucionar o alagamento da Avenida José Vieira Caúla, no cruzamento com a Avenida Mamoré?" Respondido pelo Senhor Thiago: Sim. Já foi realizado o levantamento e está previsto um projeto de drenagem no bairro Igarapé, visto que a água da região escoar superficialmente em direção à Av. José Vieira Caúla. A obra terá como objetivo direcionar a drenagem para o Canal da Penal. O início está condicionado à conclusão das intervenções no Canal do Tancredo Neves. A expectativa é que, até o próximo período chuvoso, a situação de alagamento seja amenizada. O Senhor Deolindo, presidente da Associação de Moradores do Bairro Novo Horizonte, fez uso da palavra, iniciando com cumprimentos à mesa e ao público presente, além de uma breve autodescrição. Em sua fala, destacou que esta era a segunda vez que participava da LOA, reforçando a necessidade de parceria entre o poder público e a comunidade. Ressaltou que a Zona Sul, em especial o Bairro Novo Horizonte, é uma das regiões mais carentes de atenção por parte das esferas municipal, estadual e federal. O Senhor Deolindo frisou que o bairro possui mais de 40 anos de criação e ainda enfrenta graves deficiências em infraestrutura, saneamento e regularização fundiária. Declarou que o Novo Horizonte é tratado como o "patinho feio" de Porto Velho, já que gestões anteriores priorizaram investimentos na Zona Leste, o que trouxe avanços, mas deixou a Zona Sul em segundo plano. Pontuou que os moradores do bairro participam ativamente dos processos eleitorais e, por isso, é justo que tenham suas demandas reconhecidas. Solicitou que o Bairro Novo Horizonte seja contemplado na Lei Orçamentária, de modo que não haja mais respostas como "não tem orçamento" ou "não foi previsto no projeto". Entre as demandas apresentadas, destacou: regularização fundiária; pavimentação asfáltica e saneamento básico. O presidente também mencionou que houve reunião com representantes do Estado sobre o tema, sem avanços satisfatórios, e reforçou a necessidade de maior comprometimento das autoridades, especialmente diante do contraste entre benefícios concedidos a grandes empresas da região e o abandono sofrido pela comunidade. Finalizou afirmando que, além de reivindicar, também pretende registrar agradecimentos em momento oportuno, reiterando que o Bairro Novo Horizonte estende a mão ao poder público municipal para estabelecer uma relação de parceria em favor da população. Seguindo, a Senhora Hilda, Munícipe. Cumprimentou a todos, fez breve autodescrição e apresentou questionamentos e observações: reclamações recorrentes: afirmou que a população comparece a todas as audiências públicas, repete as mesmas demandas, mas não recebe respostas claras sobre o atendimento. Educação ambiental: questionou a gestão sobre ações relacionadas à limpeza de valas e descartes irregulares de lixo, destacando que sem trabalho de conscientização comunitária o problema não terá fim, sendo "como enxugar gelo". Transporte público (SEMTRAN): Relatou dificuldades com o trajeto dos ônibus na Zona Leste, pois muitas vezes os veículos não seguem as paradas, obrigando os

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

passageiros a caminharem longas distâncias (até 4 a 5 km). Reclamou da alta velocidade dos ônibus, que não param mesmo quando sinalizados pelos usuários. Citou situações de risco em paradas de ônibus, inclusive com obstruções por caminhões e trailers estacionados. Questionou quanto a Prefeitura paga pelas passagens de idosos, pois já ouviu motoristas afirmando que “idosos não pagam nada”, demonstrando preconceito e desinformação. Infraestrutura – Setor Chacareiro: perguntou ao Senhor Prata sobre a possibilidade de bloqueting as ruas do setor, de modo a favorecer o escoamento da produção da agricultura familiar. Comentário final: de forma crítica e bem-humorada, afirmou que, embora já esteja chegando aos 65 anos e possa “se esquecer de algumas coisas”, os gestores mais jovens não deveriam apresentar o mesmo problema, sugerindo que “tomem ginseng ou ginkgo biloba para memória”. O Senhor Giovanni Bruno respondeu: “Sim, temos consciência da importância da educação ambiental. Um exemplo prático é o caso do Igarapé dos Tanques, ao lado da rodoviária, que era um ponto viciado de descarte irregular de lixo há muitos anos. Realizamos uma campanha de cerca de 15 dias com os moradores da região, envolvendo limpeza e conscientização. Desde então, já se passaram cerca de 45 dias e nenhum lixo foi descartado novamente no local. Atualmente, temos 67 pontos mapeados em Porto Velho, tanto públicos quanto privados, onde há descarte irregular de lixo. Em parceria com a SEMA, realizamos campanhas em escolas, pois crianças e adolescentes são grandes difusores da educação ambiental. Sempre que limpamos um ponto, instalamos placas de proibição e buscamos conscientizar os vizinhos para colaborar na manutenção. Outro exemplo foi no Igarapé do bairro 4 de Janeiro, atrás do Icaraí. Fizemos a limpeza de um dos lados, conscientizamos os moradores, a SEMA realizou o plantio de árvores na área de APP e os moradores relataram que nunca haviam visto a beleza do igarapé, antes encoberta pelo lixo. Houve um caso de descarte irregular logo após a limpeza, mas, graças à vigilância comunitária, o responsável foi identificado, notificado pelo setor de posturas e obrigado a retirar o entulho em 24 horas, o que foi cumprido. Portanto, agradecemos a colocação, pois educação ambiental é fundamental. O Projeto Cidade Limpa abrange não apenas a limpeza física, mas também conscientização e participação da população.” Complementando, o Senhor Sérgio disse: “Gostaria de acrescentar um posicionamento à fala da Dona Hilda, sobre a importância do feedback das audiências públicas. Esse ponto é extremamente relevante. Hoje, enfrentamos uma dificuldade técnica: o nosso sistema de orçamento ainda não permite identificar claramente a origem de cada ação — se veio do plano de governo, de planos setoriais, das audiências públicas ou dos questionários aplicados. Isso dificulta o retorno preciso à população. Estamos, entretanto, em tratativas avançadas com o Governo do Estado para adotar o sistema de planejamento e monitoramento do PPA já utilizado por eles, que permite a criação de marcadores para identificar a origem de cada ação. A ideia é trazer esse sistema, adaptá-lo à realidade municipal (pois a estrutura orçamentária é diferente) e, com isso, implementar um monitoramento mais eficiente. Assim, conseguiremos oferecer relatórios de feedback mais seguros e transparentes, fortalecendo o processo participativo. Esse é o objetivo que buscamos para o próximo PPA.” O Senhor Iremar também se pronunciou: “Respondendo à senhora, com relação aos ônibus: qualquer reclamação deve ser encaminhada ao SIOP da SEMTRAN pelo número (69) 98471-1870, que também funciona como WhatsApp. É muito importante que o usuário registre os problemas, pois o sistema de transporte deve cumprir um índice de satisfação. Se a empresa não atingir esse índice, o valor do repasse feito pela SEMTRAN é reduzido. Assim, denúncias de situações como motorista que não para na parada, excesso de velocidade ou falhas no atendimento são fundamentais. Cada denúncia registrada entra no indicador de avaliação e pode impactar diretamente o repasse de recursos. O SIOP funciona como central de despacho de ocorrências: Se o problema for de trânsito, é encaminhado aos agentes de fiscalização. Se for de ônibus, vai para o DTR, setor responsável pelo transporte coletivo. É importante informar detalhes como horário, número do ônibus e local, para

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

ser possível identificar o motorista e aplicar medidas corretivas. Sobre a passagem: Idosos aposentados têm direito ao transporte gratuito. O valor da passagem não é fixo, varia conforme o número de passageiros no mês. O custo real de uma passagem fica entre R\$ 8,50 e R\$ 10,00. Como o sistema é subsidiado pelo município (em alguns meses até 80% do valor é coberto pelo poder público), quanto mais pessoas utilizam, menor é o valor rateado. A redução no preço é justamente uma forma de atrair mais usuários e equilibrar os custos. Sobre alterações de rota: Caso haja obras em determinada região, a empresa só pode mudar o trajeto com autorização da SEMTRAN. Em situações imprevistas (como caminhão atravessado ou queda de fiação), pode haver desvios momentâneos, mas obras que duram vários dias exigem planejamento de rota alternativa e comunicação à comunidade. Portanto, qualquer ocorrência deve ser informada pelo número já citado, para ser possível orientar a população sobre os trajetos disponíveis. Encerrando, destacou que, sendo um serviço subsidiado pelo município, é obrigação exigir qualidade e garantir que a população não seja prejudicada.” O Senhor Josué agradeceu e leu uma pergunta enviada pelo chat do YouTube, o Munícipe V. Nunes – Perguntou sobre o planejamento para o turismo, especificamente além do turismo de pesca. Foi informado que a resposta será encaminhada por e-mail e, para isso, solicitou-se que o munícipe disponibilize seu endereço eletrônico no chat. Outro questionamento via chat foi da Senhora Rossilena – Relatou que as avenidas de Porto Velho com canteiro central e faixa de pedestres não oferecem acessibilidade adequada às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, devido à descontinuidade das faixas. Questionou se há previsão de providências e como será realizado esse processo. Dando seguimento, o Senhor Josué chamou para falar presencialmente a senhora Márcia, que estacou a preocupação com a atuação da CAERD em Porto Velho, especialmente diante da possibilidade de privatização da companhia. Ressaltou o esforço do Prefeito em realizar obras de pavimentação na cidade, mas apontou a necessidade de medidas que evitem que o asfalto seja posteriormente quebrado para execução de serviços de drenagem ou instalação de encanamentos. Relatou o caso do Parque Amazônia, onde reconheceu o trabalho do Secretário Thiago, que prestou contas à comunidade. No entanto, reforçou ser necessário que a Câmara Municipal atue de forma mais firme, elaborando leis ou promovendo audiências públicas com as lideranças para cobrar do Estado-maior colaboração com o Município. Defendeu que a sequência correta das obras seja respeitada, com drenagem e encanção antes da pavimentação, evitando desperdício de recursos. mencionou que no Parque Amazônia há investimentos previstos de R\$ 9 milhões em asfalto e drenagem, mas alertou que, se não houver coordenação, a CAERD pode acabar quebrando novamente o pavimento, gerando prejuízos. Agradeceu e parabenizou os secretários presentes, reconhecendo a dificuldade de estarem expostos em uma audiência pública. Por fim, incentivou as lideranças comunitárias a participarem das audiências futuras, lembrando que a ausência nessas discussões pode gerar descontentamentos quanto à execução de obras em diferentes localidades. O Senhor Thiago respondeu ressaltando a pertinência da colocação da Senhora Márcia e destacou a presença do vereador Breno Mendes, lembrando que uma lei municipal poderia reforçar o enfrentamento desse problema. Informou que já existe uma lei criada pelo Prefeito, permitindo a aplicação de multas às empresas que executam obras, como as do PAC, e danificam vias recém-pavimentadas sem realizar a devida recomposição no prazo estabelecido. No caso da CAERD, esclareceu que a Prefeitura possui a prerrogativa de apenas notificar a companhia, e essas notificações têm sido feitas regularmente. Reforçou que a sugestão apresentada é válida e contribuirá muito para fortalecer as ações da gestão, evitando que o esforço e o investimento em obras de pavimentação sejam comprometidos. Finalizou manifestando confiança de que o vereador Breno Mendes tomará providências e chamará a comunidade para discutir o tema em conjunto. O Senhor Josué leu mais uma participação pelo nosso chat da munícipe, senhora Débora Companhoni que questionou sobre os imóveis urbanos vazios e

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

abandonados, que acabam servindo como depósito irregular de lixo, e perguntou se existe previsão de aplicação do IPTU progressivo no tempo como medida para enfrentar o problema. O Senhor Giovanni informou que a Prefeitura mantém uma força-tarefa de autuação e notificação de terrenos vazios em Porto Velho, já tendo ultrapassado 500 notificações neste ano, número superior a todo o ano de 2024. Essa ação ocorre em conjunto com o projeto Cidade Limpa, exigindo dos proprietários a limpeza dos terrenos e a construção de muros, visando manter a cidade mais organizada e salubre. Sobre o IPTU progressivo no tempo, esclareceu que se trata de um instrumento previsto no Estatuto da Cidade, cuja implementação exige uma discussão mais ampla, para definição dos prazos e critérios de aplicação. Ressaltou que este é um avanço necessário e que Porto Velho deverá passar por esse debate nos próximos anos. Destacou ainda que o Prefeito Léo tem consciência da relevância do tema e já trouxe essa discussão para amadurecimento na gestão. A medida é considerada fundamental para combater os vazios urbanos, que alimentam a especulação imobiliária, elevam o preço dos terrenos, contribuem para a expansão desordenada da cidade e favorecem a invasão de áreas públicas. Concluiu afirmando que o debate será levado adiante nesta gestão para enfrentar o problema. O participante Ivan, do bairro Terra Prometida, fez o uso da palavra e dirigiu-se inicialmente ao Senhor Kauê, solicitando esclarecimentos sobre o andamento da regularização fundiária da comunidade Terra Prometida. Relatou que a equipe técnica já esteve no local, realizou registros fotográficos e uso de drones, mas questionou se já existe uma data prevista para o cadastramento dos moradores, pois essa é a principal dúvida da comunidade. Em seguida, recordou que, na audiência pública do ano anterior, havia solicitado, junto ao então gestor Pacífico, a inclusão do bairro Terra Prometida no programa de pavimentação asfáltica. Reiterou o pedido para que, no orçamento de 2026, a comunidade seja contemplada, destacando que espera que até lá a SEMUR já tenha concluído a regularização fundiária, eliminando possíveis entraves. Finalizou dizendo que tem fé em Deus de que, assim como a senhora Márcia poder comemorar a conquista do asfalto para sua comunidade, ele também um dia poderá afirmar que a Terra Prometida foi beneficiada graças à participação nas audiências públicas. O Senhor Kauê ressaltou que a comunidade Terra Prometida está contemplada nas perspectivas de trabalho da Prefeitura. Contudo, esclareceu que a área é de propriedade da União, o que exige tratativas específicas. Informou que o Município está em negociação com a União para a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica, que permitirá à Prefeitura conduzir a regularização fundiária de algumas localidades, entre elas a Terra Prometida. Explicou que, até o momento, o bairro ainda não integra formalmente o referido acordo, razão pela qual não é possível estabelecer prazo para o início do cadastramento dos moradores. Entretanto, adiantou que, com a visita do Presidente da República prevista para o dia seguinte, existe a possibilidade de que sejam anunciadas novidades sobre o tema, reforçando que a expectativa é de avanços a curto prazo. Presidente da Associação de Moradores do Bairro Novo Horizonte, Senhor Deolindo, fez uso da palavra e iniciou destacando a situação de abandono do bairro e reafirmou solicitações já apresentadas anteriormente ao Senhor Geovani Marini, solicitando visita in loco para verificar os problemas existentes. Ressaltou que a comunidade também precisa ser conscientizada para zelar pelo espaço público, evitando o acúmulo de lixo e “imundices”. Em seguida, dirigiu-se ao Senhor Kauê, relatando que em tratativas anteriores chegou a receber a informação de que o bairro não pertencia nem ao município, nem ao estado, situação que o deixou sem clareza sobre a quem recorrer. Reforçou a necessidade de regularização fundiária para viabilizar outras melhorias. Na sequência, abordou o tema do saneamento básico, reiterando ser preciso coordenar com os órgãos responsáveis, como CAERD e CEPAT, a fim de evitar desperdício de recursos com obras de asfalto que depois são danificadas. Ao Senhor Iremar, agradeceu pela intervenção realizada na Rua Lisboa com Monte Serrat, que reduziu riscos de acidentes. Ressaltou, contudo, que ainda existem desafios relacionados à consciência dos motoristas e solicitou novas intervenções de faixas de pedestre e

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

melhorias no tráfego local. Ao Senhor Thiago, reforçou os pedidos já encaminhados de limpeza, tapaburacos e pavimentação para o bairro, afirmando ser inédito o Novo Horizonte conseguir assento direto à mesa da SEMOB para dialogar sobre suas necessidades. Por fim, agradeceu ao Senhor Bruno Holanda pela colaboração e pediu sua atuação junto à comunidade, em especial para buscar soluções de iluminação e segurança na praça local, que hoje se encontra em situação de risco pela falta de visibilidade. Concluiu sua fala afirmando que os moradores da zona sul, e em especial do Bairro Novo Horizonte, esperam a mesma atenção que outras regiões já receberam. Defendeu que, a partir da LOA 2026, o bairro seja contemplado com obras de infraestrutura, ressaltando que o valor do asfalto só é realmente conhecido por quem pisa diariamente na lama ou na poeira para trabalhar e estudar. Reforçou que a comunidade está de braços abertos aguardando as melhorias e agradeceu a todos. O Senhor Josué agradeceu a participação de todos, destacando a importância da presença dos munícipes no plenário e também aqueles que acompanharam pelo YouTube. Ressaltou que a participação ativa da população foi determinante para o sucesso do evento. Passou a palavra ao Secretário Sérgio Pacífico, que agradeceu à equipe de secretários presentes, ressaltando que o debate foi proveitoso, permitindo que as demandas da população fossem apresentadas. Ao Vereador Breno Mendes, pela participação e contribuições durante a audiência, incluindo sugestões de projetos de lei, à equipe da SEMEC, pelo suporte técnico, e destacou que o objetivo principal das audiências é organizar o orçamento de 2026. O Secretário apresentou a Letícia, Secretária Executiva de Orçamento e Planejamento Orçamentário da SEMEC, convidando-a a fazer considerações finais. A Senhora Letícia agradeceu a presença dos munícipes, destacando sua experiência de quase 20 anos como servidora de carreira. Ressaltou a relevância do feedback da população, apontando que o olhar dos moradores sobre as demandas dos bairros e distritos é essencial para o planejamento técnico. Reconheceu que nem todas as solicitações podem ser atendidas integralmente, mas que todas serão registradas na ata da audiência e analisadas para possíveis atendimentos parciais ou integrais. Enfatizou a importância da colaboração da comunidade para o crescimento e melhoria da cidade. Considerações finais do Secretário Sérgio Pacífico: Agradeceu novamente aos secretários, reforçando que sem a presença deles a audiência não teria sido tão produtiva. Destacou que as Secretarias Executivas de Planejamento e de Orçamento, assim como a SEMEC, permanecem de portas abertas para receber demandas e sugestões da população. Ressaltou que ouvir a população é essencial para a melhoria contínua do município. Encerramento com votos de segurança no retorno para casa e uma mensagem de fé: “vamos todos para casa, de preferência com Jesus no coração.” A audiência foi filmada. Eu, Meire Darc Dantas de Figueiredo, Assessora Executiva I, lavrei a presente ata, para fins de direito, que vai assinada pelo Senhor Sérgio Luiz Pacífico, Secretário Municipal Adjunto de Economia e por mim. A lista com nome e assinatura das pessoas que compareceram à audiência segue anexa a esta ata.

Meire Darc Dantas de Figueiredo
Assessora Executiva I
SEMEC

Sérgio Luiz Pacífico
Secretário Municipal Adjunto de Economia
SEMEC



Assinado por **Sergio Luiz Pacifico** - Secretário Municipal Adjunto de Economia - Em: 08/10/2025, 08:48:35



Assinado por **Meire Darc Dantas De Figueiredo** - Assessor Técnico Nível I - Em: 08/10/2025, 08:26:31

Audiência Pública - Projeto de Lei Orçamentária Anual

LOA 2026

07.08.2025 - Teatro Banzeiros

n.	Nome	Secretaria
1	Victor Hugo Lima Medeiros	SEMEC
2	Kevin Maranhão Pereira	SEMEC
3	Abraão D. P. Pereira	SEMEC
4	Adão Cortes	SEMEC
5	Silvia da Conceição Monteiro	SEMEC
6	Robson Ruan Silva Santos	SEMEC
7	Amulya Moura Dias	SEMEC
8	Barros Mendes	RECEITA
9	João Vaz de Fátima	SEMEC
10	Stommaros. V. de Souza	SEMEC
11	Noemi Nascimento Silva	J. Contas Públicas
12	Maria Izabela N. Silva	-11-
13	Gabriel dos Santos Gomes	SEMEC
14	Pedro Luiz CASTILHO	DEFESA CIVIL
15	Geleto Luiz Ferreira	SEMEC
16	Financa Plicia Jorge	SEMEC
17	Francisco Oliveira da Moura	TRIBUT

Audiência Pública - Projeto de Lei Orçamentária Anual

LOA 2026

07.08.2025 - Teatro Banzeiros

n.	Nome	Secretaria
18	Roberto da Silva Ribeiro	SEMAGRIC
19	Francisco José P.	Tema Geral
20	Mauro Bert	SEMDE
21	Julio Cesar de Almeida	SEMDE
22	Leidiane Moura R. dos Santos	EMDUR
23	Luiz Carlos Silva	SEMDE
24	Ernani Borges	SEMDE
25	Tânia Maria Gomes Lopes da Silva	SEMDE
26	Deborah da D. C. Gomes	SEMDE
27	Thiago Antunes da Silva	SEMDE
28	Gilberto J. V. Almeida	SEMDE
29	Roberto da Silva	SEMDE
30	Roberto Muelolo Jr	SEMDE
31	Luigi OLIVEIRA SILVA	DEFESA CIVIL
32	Adriano Luiz Barbosa da Rocha	SEMDE
33	Adriano da Silva	SEMDE
34	Tiago Toledo de O. Silva	SEMDE
35	Adriano P. Santos Soares	SEMDE
36	João Carlos da Silva	SEMDE

Audiência Pública - Projeto de Lei Orçamentária Anual
LOA 2026

07.08.2025 - Teatro Banzeiros

n.	Nome	Secretaria
37	Zomario Pereira da Silva	SEINFRA
38	Elen Lúcia de L. Gomes	SEINFRA
39	Sumaira de Souza Azeiteiro	LAURIMCAST
40	Luiz Carlos Botas	SECOM
41	João Augusto S. Sousa	Depto Civil
42	Roberto Soares Gomes	Depto Civil
43	Roberto Augusto de L. V. L. V.	SEINFRA
44	Roberto Augusto de L. V. L. V.	SEINFRA
45	Roberto Augusto de L. V. L. V.	SEINFRA
46	Roberto Augusto de L. V. L. V.	SEINFRA
47	Roberto Augusto de L. V. L. V.	SEINFRA
48	Roberto Augusto de L. V. L. V.	SEINFRA
49		
50		
51		
52		
53		
54		
55		

Audiência Pública - Projeto de Lei Orçamentária Anual

LOA 2026

07.08.2025 - Teatro Banzeiros

n.	Nome	Secretaria
75	Tatiana da Silveira	SEMEC
76	Andressa Albuquerque Batista Farias	SEMEC
77	Luana P. Domiano	SEMEC
78	Leonardo L.S. Oliveira	SEMEC
79	Isabel Karla dos Passos	SEMEC
80	Danielle Soares Damascena	SGDI
81	Maíe Ribeiro	SEMEC
82	Ketlen Liviane Miranda	SEMEC
83	Thiago Costa Lode	SEINFRA
84	Giovanni Marini	SEINFRA
85	Daniel N. Paul Baptista	SEMPD
86	Jonas Maciel	SEMEC
87	Tenara Torres Lima	SEINFRA
88	Katricia Jones Doncoals	SEMPD
89	Marcos Selma	SEMPD
90	Marcel Costa Moura	SEMPD
91	Alice Montoya	SEMPD
92	Alvanora Batista	SEMPD
93	Emilly Santos Alencar	SEMPD

Audiência Pública - Projeto de Lei Orçamentária Anual

LOA 2026

07.08.2025 - Teatro Banzeiros

n.	Nome	Secretaria
94	Andressa Siqueira Franco	SEMAZEC
95	Isabel CATTI	
96	Carla L. Bruno de Melo NAB	SEINFIA CASTANHEIRA 3 ZONA RURAL
97	LUONETE DA S. D. JODAS	
98	MARCELO VICENTE D. COPRÃO	GAMIL 1566
99	Valdineia Alves	Mausimto
100	Andsoni Francis	SMEL
101	Helio Leona	SEMEKA
102	Carla L. S. Neto	ARDDR
103	Helio Neto	SEMEC
104	Almécio Eduardo A. A.	
105	Yosé Carlos Matheus de Brito	SECOM
106	Isabel Neto de Sousa	SEMEKA
107	de Neto e Neto e Neto	
108	Bernardo V. V. Reis	SEMED
109	Andressa Alves de Melo	SEMECIVIL
110	Isabel Neto	SEMECIVIL
111	ERIC Almeida	SEMECIVIL

Audiência Pública - Projeto de Lei Orçamentária Anual

LOA 2026

07.08.2025 - Teatro Banzeiros

n.	Nome	Secretaria
112	<i>Julia medes Santos</i>	<i>Setor Operativo</i>
113	<i>Edilene Pereira da Silva</i>	<i>SM TI</i>
114		
115		
116		
117		
118		
119		
120		
121		
122		
123		
124		
125		
126		
127		
128		
129		